



Anais da Assembléia

Nº 170

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 26 DE NOVEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
 PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
 PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
 PDT Deputado PAULO MAIA
 PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
 PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
 PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
 PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
 PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - **(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL SOBRE O TEMA:
"PARLAMENTARISMO E A IMPLANTAÇÃO DO
VOTO DISTRITAL MISTO"
REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelo Senhor Deputado Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O E S P E C I A L.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Especial sobre o tema: "Parlamentarismo e a implantação do Voto Distrital Misto".

Composição da Mesa: Senador José Richa; Deputado Federal José Serra; Desembargador Otto Sponhols, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Deputado Algaci Túlio, representante do Prefeito Jaime Lerner, e vice Presidente da Assembléia; Vereador Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal.

(Lê):

"Senhoras e Senhores.

A Assembléia Legislativa do Paraná instala hoje esta Sessão Especial sobre Parlamentarismo e Voto Distrital, convocada para possibilitar ao povo paranaense a abertura de mais um canal político no debate, análise e reflexão sobre a transformação que se aproxima com a realização do plebiscito marcado para 1993.

Para tanto, convidamos o Excelentíssimo Senhor Senador José Richa, autor da

emenda constitucional que antecipou para abril do próximo ano o plebiscito constitucional que devolve ao povo brasileiro a decisão sobre o regime de governo - se república federativa ou monarquia, e o sistema de governo, se continuamos no presidencialismo, ou mudamos para o parlamentarismo - e o Excelentíssimo Senhor Deputado Federal José Serra, Líder do PSDB na Câmara dos Deputados. São duas inteligências políticas que, na defesa da causa parlamentarista, estão despertando o interesse nacional, já que a sociedade brasileira mostra-se preocupada com a estruturação imperfeita da forma de governo que impede que se exerça um elevado grau de controle sobre seus líderes.

Incluo-me entre aqueles que consideram que o parlamentarismo permite esse controle melhorado, ao separar o Gabinete governamental da figura do Presidente da República.

Estão bem presentes em todos nós os resultados danosos da devastação que o exercício do poder, em pouco tempo, opera sobre governantes, no sistema presidencialista centralizador.

O Brasil está em fase de mudança, na ânsia de consolidar a democracia pluralista e de retomar a prosperidade - estação central para assegurar ao seu povo melhores condições de vida, livres da persistente recessão econômica.

Ao longo de minha vida política, toda ela alicerçada no mandato parlamentar, tenho lutado pela valorização do Poder Legislativo, mediante a eficácia e a grandeza dos debates parlamentares, porque creio que o prestígio do legislativo como intérprete da alma nacional é encontrável no sistema parlamentarista de governo, onde o povo adquire consciência plena de seu poder, com o eleitor formando um conceito muito mais alto da dignidade da sua função, tornando o voto instrumento manejado por quem lhe sabe plenamente o valor.

No presidencialismo, é o governo que resolve, em nome de sua submissa maioria; enquanto no parlamentarismo são as várias correntes políticas que, inspirando-se nos seus princípios, vão traçar a orientação do governo, possibilitando, dessa forma, revigorar os vários sistemas de idéias, que constituem a essência dos partidos políticos.

O obstinado parlamentarista que foi Raul Pilla já pregava que "onde quer que um povo revele um mínimo de aptidões para o exercício da democracia e tais aptidões não sejam vitoriosamente contrariadas por fatores adversos, lá vingará, certamente, o regime parlamentar".

Aqueles que argumentam que a adoção do parlamentarismo no Brasil seria uma vio-

lência à nossa tradição histórica, falta-lhes razão. Na verdade, estaríamos reatando os laços das nossas mais caras instituições políticas, pois a primeira Constituição Imperial, de 1824, embora de maneira rudimentar, registrou a origem parlamentarista brasileira.

O Poder Executivo era exercido por um Ministério e, em 1847, foi criada a presidência do Conselho de Ministros. Cabe destacar que, graças à flexibilidade do sistema, que se adapta a todas as transformações, sem golpes de estado ou revoluções, foram possíveis, então as reformas profundas na vida brasileira. É que o parlamentarismo pode operar grandes transformações sociais sem traumas políticos.

Ao contrário do presidencialismo que se alimenta do mito da rapidez de decisões e da capacidade de realizar profundas transformações levadas a cabo por um líder onipotente, auxiliado diretamente por assessores oriundos de seu partido político ou afinados filosoficamente, o parlamentarismo é mais flexível e elástico, permitindo a negociação entre os vários setores da sociedade, quando se faz necessária alguma reforma social. É uma forma mais humana de decisão, fundamentada no entendimento, tornando-se dessa maneira mais duradoura.

Senhoras e Senhores.

Resgatar a capacidade de auto-governo é, sobretudo, o compromisso de nossa geração.

No Brasil, cada século apresenta sua contribuição à nacionalidade: no século passado vivemos sob o Império, tivemos a Independência e as bases do governo constitucional. A República acrescentou o instituto da Federação.

Em nosso tempo o desafio é garantir a governabilidade do País - que consiste na fusão entre a representação popular e a responsabilidade dos representantes. Essa é uma síntese formidável que se concretiza no sistema parlamentarista, ao acarretar alguma forma de voto territorial pelo menos no seu modelo de voto distrital misto; ao equilibrar a representação das partes componentes da Federação; ao forçar a disciplina partidária e, sobretudo, ao demandar a solidariedade ministerial com a decisões de governo em conselho de ministros, impondo coerência e continuidade à administração superior do Estado.

Mas esses e outros pontos é que serão examinados nesta sessão de instalação da Frente Parlamentarista do Paraná "Ulysses Guimarães", homenagem que os Deputados Estaduais paranaenses desejam tributar a esse grande líder brasileiro que foi Ulysses Guimarães, engrandecedor da atividade política em nosso País e lutador pela construção da democracia brasileira, da

mesma forma que o ilustre Senador José Richa, combativo líder estudantil que presidiu a União Paranaense dos Estudantes, nosso dinâmico ex-Prefeito de Londrina, Deputado Federal atuante e Governador em preendedor, vem lutando para que aperfeiçoemos nosso sistema de governo, assim como o brilhante Deputado Federal José Serra, líder do PSDB da Câmara dos Deputados, cujas idéias sobre a adoção do voto distrital misto vêm empolgando várias correntes de opinião pública do Brasil.

A iniciativa das discussões sobre a mudança do sistema e forma de governo no Brasil e a realização do plebiscito decisório, marcado para ser realizado no dia 21 de abril de 1993, foi lançada no âmbito da Assembléia Legislativa do Paraná pelas lideranças dos partidos aqui representados e recebeu o integral apoio desta Presidência e dos Excelentíssimos Senhores Deputados e das mais expressivas lideranças da vida paranaense.

Senhoras e Senhores.

O Senador José Richa falará sobre a proposta parlamentarista e o modelo defendido pela Frente "Ulysses Guimarães", enquanto o Deputado Federal José Serra exporá suas idéias sobre a adoção do voto distrital misto.

Muito obrigado."

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao nosso Senador José Richa, Presidente da Frente Nacional Parlamentarista "Ulysses Guimarães", que vai falar sobre o assunto em debate.

O SR. JOSE RICH - Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia do Paraná; Senhor Desembargador Otto Sponholz, aqui representando o Tribunal Regional Eleitoral; Deputado Algaci Túlio, vice-Presidente da Assembléia, aqui também representando o Prefeito Jaime Lerner; Vereador Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Deputado Ademar Traiano, Secretário da Mesa da Assembléia; meu caro amigo e grande líder político brasileiro, José Serra.

É uma satisfação poder hoje estar aqui em Curitiba, para este ato público promovido pela Assembléia Legislativa, que dá início à campanha de esclarecimento popular no nosso Estado, para, tendo em vista o plebiscito que vai se realizar no dia 21 de abril do próximo ano.

Fala-se muito no País em modernidade, mas esquecem-se que não vamos modernizar a economia, não vamos modernizar as relações sociais hoje profundamente desequilibradas, sem antes modernizar a matriz de todas as atividades, que é a prática política.

O Brasil pratica uma das mais primitivas políticas do mundo, as nossas estru-

ras políticas estão fossilizadas, são arcaicas e não respondem a necessidade de uma operacionalidade do Estado mais racional.

Urge portanto, tomar decisões corajosas, que visem modernizar as nossas instituições políticas. Eu, há muitos anos, milito na política e ao longo da minha militância fui robustecendo a idéia de que a crise brasileira é uma crise eminentemente política e portanto não adianta querer buscar remédios econômicos para os males que são políticos.

Entretanto, toda vez que se fala em reformas políticas, há uma natural reação de alguns por falta de maiores informações e de outros por interesses políticos imediatos, e com isto o Brasil vem há muitos anos adiando o debate desta matéria.

Finalmente a Constituinte inseriu nas Disposições Transitórias a possibilidade de ouvirmos pela primeira vez o povo, através de um plebiscito, para saber dele se deseja manter o "status quo" ou deseja proceder mudanças.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que, a partir do momento em que o povo ficar esclarecido sobre o que é "Forma de Governo", sobre o que é "Sistema de Governo", sobre as vantagens do Parlamentarismo como Sistema de Governo, que é mais flexível e, portanto, permite que seja adotado um modelo que possa respeitar as características do País, as suas peculiaridades e ao mesmo tempo o jeito de ser, a cultura da nossa população.

Não é mais possível adiar e o povo, ao ser esclarecido, certamente vai fazer a opção pelo Parlamentarismo, porque é um sistema aonde os riscos são menores para toda a sociedade.

Enquanto que no Presidencialismo o poder todo se concentra por um prazo determinado e razoavelmente longo nas mãos de uma só pessoa, no Parlamentarismo nós não temos prazo delimitado. O mandato é de 4 anos, mas pode se prorrogar se a equipe que estiver no Governo estiver se desempenhando bem, a contento, satisfazendo as necessidades e as aspirações da população, como também pode ser este mandato abreviado para apenas alguns meses, se esta equipe de Governo não estiver correspondendo às expectativas populares.

Portanto, esta repartição de poderes entre um chefe de Estado que tem atribuições específicas, representa o País no exterior, cuida da justiça no âmbito federal, cuida do adequado respeito em termos federativos e impondo uma certa igualdade entre os Estados para evitar que os mais fortes esmaguem os mais fracos. Um chefe de Estado que vai exercer uma forte influência como tutor político da Nação.

Então, o Presidente da República, no

Parlamentarismo, que terá funções de chefe do Estado, ele é o juiz das necessidades e das aspirações da nossa população, sem sofrer o desgaste do dia-a-dia da administração.

Portanto, esta repartição de poderes entre um chefe de Estado eleito pela população, que vai ser o legítimo representante da vontade política da Nação, e por outro lado um chefe de Governo que vai cuidar da administração e que, portanto, poderá ter a duração do seu período de Governo de acordo com a sua capacidade administrativa, esta repartição de poderes é absolutamente importante e com menores riscos para a nossa população.

O mecanismo do Parlamentarismo induz a uma descentralização. Um País desta extensão territorial, com tamanhas diferenças regionais não pode continuar tendo uma administração excessivamente centralizada como é no Presidencialismo. E esta centralização é induzida no Presidencialismo pela necessidade que tem, o Presidente, no Presidencialismo, de deter o controle para formar cotidianamente maioria Parlamentar para poder governar.

Então, enquanto o Presidencialismo induz à centralização, o Parlamentarismo, pelo contrário, induz à descentralização. E todos aqui presentes, líderes políticos, representantes de entidades, representantes da sociedade civil, todos aqui têm consciência de que a descentralização torna a máquina administrativa bem menos onerosa à nossa população.

E preciso termos um Estado mais leve. A população brasileira não aguenta mais carregar o Estado nas costas. Quando eu falo em Estado, eu falo no Governo de um modo geral, aí envolvendo todos os escalões de governo. E preciso cuidar da descentralização. E, no Parlamentarismo, isto se faz de uma forma espontânea e natural.

O Parlamentarismo tem "n" vantagens que não quero aqui ficar enumerando, porque senão o Deputado José Serra me chama a atenção, porque hoje, a palestra a respeito de Sistema de Governo vai ficar a cargo do Deputado José Serra.

Mas coube-me, por deferência do Deputado Anibal Khury, dizer algumas palavras como Presidente Nacional da Frente Parlamentarista.

E estas palavras são no sentido de fazermos com que, desde a organização da Frente a nível estadual, possamos dar um exemplo de como é possível fazer a organização do Parlamentarismo nos moldes desse Sistema de Governo, porque a própria organização pode ser o instrumento de aglutinação de toda a população a este movimento, porque vamos fugir nessa organização da Frente Parlamentarista do Paraná

ao modelo Presidencialista em que o movimento passe a ter um dono. Nós não queremos que o movimento passe a ter um dono, porque o dono desta modernidade, deste avanço, tem que ser o povo brasileiro e o povo do Paraná.

Portanto, a nossa palavra nesse instante - em poucos dias ter assumido a grave e grande responsabilidade de substituir o grande brasileiro e o grande estadista Ulysses Guimarães na Presidência da Frente Parlamentarista Nacional - nós queremos que o nosso Estado, que é um dos primeiros onde venho para com vocês todos organizar a Frente Parlamentarista a nível estadual, quero que fique esta convocação: que todos os segmentos da sociedade se façam representar, que a direção, daqui para a frente seja de foro organizado no Estado, espelhe através de uma forma colegiada o verdadeiro sentido do Parlamentarismo, que é a união de forças para substituir o autoritarismo.

Muita gente até me diz - e pessoas esclarecidas - me questionam, se o Parlamentarismo não forma governos fracos. E eu apenas desculpo esse tipo de pergunta, porque há uma natural confusão. A confusão que se faz hoje a respeito da condução da política brasileira, é a de se imaginar que o Presidencialismo, por ser autoritário, seja um regime que tenha mais autoridade. Mas não é isto! Aparentemente, o Presidencialismo pode evidenciar uma força que na verdade não tem. Porque no Presidencialismo, o Chefe do Estado e de Governo, acumulando as duas funções, pode aparentar ter muita força, na verdade ele é absolutamente impotente para resolver as grandes questões nacionais. O Presidencialismo só tem força à medida em que o Presidente concentrando todos os poderes, exerce o autoritarismo através da fisiologia e da prática cartorialista.

O Parlamentarismo, portanto, sem ser um sistema autoritário, tem muito mais autoridade do que o Presidencialismo, até por que no Parlamentarismo não se forma governo sem maioria parlamentar. E à medida em que um governo se forma em torno de programas e não em torno de pessoas, por isto para fugir do personalismo do Presidencialismo é só o Parlamentarismo que é capaz de dar através de um sistema de gestão colegiada as respostas que o povo está a exigir.

O Parlamento, no Presidencialismo, tem muita força. No Parlamentarismo, talvez, tenha mais força ainda. Mas é a força, o direito com responsabilidade e com deveres. Porque o Parlamento tem co-responsabilidade na gestão de governo; mas se o governo não for bem sucedido, e se a partir de duas quedas de governo ficar evidenciado que o Parlamento é a causa da

crise política, é ele que sofre a sanção através da dissolução.

Por isto, é muito importante nós termos um sistema de governo como este, que como já disse, representa um avanço, representa uma modernidade, e representa a sintonia, sem haver interferências de um Poder sobre o outro. Mas, a verdadeira harmonia que todas as Constituições disseram ser obrigatória existir entre os Poderes. Esta verdadeira harmonia só existe quando temos mecanismos que tornem cada poder independente e forte, mas cada Poder com responsabilidades a respeito do que acontece no outro. Porque senão, ambos, um ou outro ou ambos, podem sofrer as sanções necessárias. E como sempre, o povo é o juiz destas sanções. Porque não há Parlamento que deixe de respeitar uma legítima pressão popular para derrubar um governo. Mas também, não há um Parlamento que resista às reclamações periódicas, persistentes do povo, até levar o chefe de Estado a dissolver o Parlamento.

Portanto, é com este espírito, de que o Paraná, tendo sido sempre o vanguardeiro dos movimentos em favor da modernidade; o Paraná que sempre foi um laboratório de experiências das boas idéias, no Brasil, haverá neste início, neste ponta-pê inicial que se dá à campanha em favor do plebiscito de 21 de abril, pelo Parlamentarismo, eu tenho certeza de que o Paraná não há de faltar. E aqui no Paraná, todos os segmentos da sociedade, desde o mais humilde trabalhador até o mais graduado empresário ou o mais graduado político, haverão todos, de mãos dadas, ajudar o Brasil a se modernizar, ajudar o Brasil a dar este avanço.

E é por isso que eu saúdo a Assembléia pela promoção deste ato, saúdo as autoridades que aqui vieram dar com a sua presença o prestígio necessário a um ato desta relevância, e agradeço principalmente ao meu grande companheiro José Serra, um das figuras mais preparadas, hoje, da política brasileira. Certamente, se houvesse parlamentarismo, seria sem dúvida nenhuma, o Ministro da Economia, senão talvez o 1º Ministro deste País, porque no Parlamentarismo, ocupa cargos de governo quem tiver mais talento, e não quem for "amigo do rei", amigo do Presidente da República.

Portanto, é com estas palavras iniciais que me parablenizo a mim próprio por ter tido a oportunidade histórica de estar no meu Estado, no momento em que ele inicia esta campanha, que a partir de 21 de abril visa fazer uma verdadeira revolução política no Brasil, mudando o sistema de governo, mas aproveitando, daqui até lá, a campanha que vai se fazer em favor do Parlamentarismo, para colocar, também em discussão, as demais reformas políticas in-

dispensáveis para uma boa prática do Parlamentarismo, que são as reformas do sistema partidário, do sistema eleitoral e do sistema burocrático.

Todos nós queremos partidos políticos fortes. Mas partidos políticos com responsabilidade, onde haja fidelidade. Todos nós queremos um sistema eleitoral que premie aqueles que trabalham pelo seu distrito, pela sua população. E não aqueles que se elegeram porque gastaram mais dinheiro.

No Parlamentarismo, com o voto distrital misto, há uma identidade maior entre os eleitos e os eleitores. Portanto, quem é eleito vem com mais autoridade. O eleitor tem a segurança de saber em quem votou e de quem deve cobrar trabalho.

Também ao lado deste problema eleitoral, há o sistema de eleição. Também vai estar em discussão como vai se financiar, daqui para a frente, as campanhas eleitorais. Isto deve estar no bojo de uma legislação eleitoral, porque não é possível continuarmos tendo, neste sistema presidencial, com este sistema eleitoral, os financiamentos de campanha secretos, sem que ninguém saiba de onde vêm, como vêm, qual é a origem do recurso e qual é o tipo de compromisso que aqueles que são financiados nas campanhas estão assumindo, para cumprir depois da eleição.

Tudo isto é preciso que nós, brasileiros, tenhamos a coragem de colocar em discussão, para que o 21 de abril não seja apenas, dada decisão pelo povo de mudar o sistema de governo. Mas seja uma decisão consciente, onde ao lado da mudança do sistema de governo, também coloquemos a necessidade das outras mudanças políticas, para então termos este avanço importante para o Brasil, que está sendo passado a limpo, possa ser um Brasil novo, diferente, mais forte economicamente, e mais justo socialmente.

Portanto, o Deputado José Serra, que aceitou ao convite do Presidente e nós, com o nosso esforço, estar aqui hoje para fazer uma palestra, a nossa saudação agradeça. O Brasil haverá de reconhecer, lá na frente, todos os que deram a sua contribuição para mudarmos as nossas estruturas.

Muito obrigado, parabéns à Assembléia e daqui para frente, arregacemos nossas mangas, não para de forma emocional querer mostrar ao povo que o parlamentarismo é a pomada milagrosa que vai resolver todos os problemas. Mas sim, para debater com o povo, mostrar claramente o que é "Forma de Governo", o que é "Sistema de Governo", e através do esclarecimento e da conscientização nós teremos certeza de que o Parlamentarismo há de ser o vencedor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo

a palavra ao Deputado Federal José Serra, que apresentará palestra sobre "A proposta de implantação do voto distrital misto no Brasil e o Parlamentarismo".

O SR. JOSE SERRA - Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury, a quem agradeço o convite para aqui comparecer no dia de hoje.

Meu caro Senador José Richa, Senador e Presidente da Frente Parlamentarista Nacional; Desembargador Otto Sponholz que, aliás, fizemos política estudantil na época da UNE - União Nacional dos Estudantes - e eu só fui eleito porque o Paraná apoiou, na época, e só apoiou porque o Otto ajudou; Deputado Algaci Túlio, representante do Prefeito Jaime Lerner; Vereador Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba; Deputado João Arruda, 1º Secretário da Assembléia Legislativa; Deputado Ademar Traiano, 2º Secretário.

Saúdo aqui também o Deputado Hermas Brandão, que é Presidente do Diretório Estadual do meu Partido; o meu amigo Euclides Scalco, que é 1º vice-Presidente Nacional do PSDB e meu colega Deputado Rubens Bueno, na Câmara Federal, eleito Prefeito de Campo Mourão e que foi o intermediário do convite que aqui nos trouxe.

Gostaria de começar com uma colocação mais geral a respeito da questão política-jurídica-institucional. Estou convencido de que o grande obstáculo para o desenvolvimento brasileiro a médio e longo prazos é obstáculo de natureza política. O Brasil é um País que não tem problemas estruturais de natureza econômica, mesmo na sua estrutura social que sejam incompatíveis com o desenvolvimento sustentado a médio e longos prazos da economia e compatíveis com a combinação desse desenvolvimento com padrões de justiça social que sejam considerados satisfatórios. Estou convencido que a barreira fundamental é uma barreira de natureza política. Nós não temos no Brasil uma democracia política consolidada. E mesmo a última Assembléia Nacional Constituinte, mais do que a democracia, implantou no País um regime de liberdades, muita liberdade como não se tem provavelmente em nenhum lugar do mundo.

Mas, regime de liberdades, embora esteja contido dentro de uma democracia política, não representa esta democracia verdadeiramente, a qual exige instituições apropriadas para darem base, para dar esse sentido. Isto é o que nós não temos.

Acredito também que no Brasil tem havido, ao longo de muitas décadas, um desvio economicista dentro das análises, tanto de políticos como de intelectuais, de todos os lados do espectro ideológico. Pelo lado da esquerda é tradicional a ênfase

que sempre se deu na tradição marxista a idéia de que a infra-estrutura, de que o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção representam o essencial para o desenvolvimento da sociedade e o resto é a superestrutura que decorre, digamos, dessa infra-estrutura.

Então, nesse sentido sempre houve menosprezo aos fatores jurídico e institucional, que na minha opinião são essenciais. Mas isso sempre foi deixado de lado. Por outro lado, dentro de uma visão mais liberal isso também tem acontecido, a idéia de que uma liberdade de mercado, o jogo das forças de mercado, por si sós, são suficientes para produzir a democracia política. É interessante registrar que, na verdade, são dois desvios economicistas, dentro da análise, que menosprezam a importância das formas jurídicas e políticas, específicas, através das quais uma sociedade se organiza. Eu estou absolutamente convencido que este é o grande estrangulamento que o País tem para a sua marcha para retomar o seu desenvolvimento.

Se nós olharmos a evolução da civilização, no Ocidente, especialmente, nós podemos distinguir três etapas.

Essa é uma distinção muito útil, feita por um sociólogo inglês, Tomás Marshall, no fim dos anos 40, e que é interessante retomá-la, inclusive para entender problemas da América Latina e do Brasil. Ele identificava, nesta evolução três etapas. No século XVIII, culminando com a Revolução Francesa, a Guerra da Independência, nos Estados Unidos e a proclamação da Independência, foi o século onde foram afirmadas as liberdades individuais, as liberdades civis, que tem a ver inclusive com a justiça, com o tratamento teoricamente idêntico do Estado a todos os cidadãos e tudo o mais.

O século XIX, foi o século da transformação e da democracia política, dos direitos políticos, como o século XVIII foi dos direitos individuais, que se traduziram, basicamente, no caso da eleição dos Governos e do voto universal.

Embora no caso das mulheres o voto universal tenha chegado já no século XX. Embora, em linhas bem grossas, digamos que foi no século XIX que isso foi afirmado. Portanto nós tivemos os direitos individuais e a democracia política dentro dessa evolução, dentro das etapas dessa evolução. E, num 3º momento a afirmação dos direitos sociais, que nos países desenvolvidos e no Ocidente, em linhas gerais sucederam a afirmação dos direitos individuais e da democracia política. Na América Latina e, particularmente no Brasil, esta não foi a evolução, inclusive porque a luta pelos direitos sociais antecedeu a afirmação da democracia política.

Isso na verdade representou uma "distorção" dentro do processo de desenvolvimento, e este, efetivamente, é um obstáculo muito sério para o futuro brasileiro, que deve ser derrubado.

Mesmo a Assembléia Nacional Constituinte, mais recentemente, na busca de organizar e afirmar o processo democrático, na verdade acabou criando através da afirmação desse processo, embora reafirmando os direitos individuais e as liberdades, imaginou que ia nos levar a democracia econômica através das Leis, não é, e descurou exatamente dos aspectos institucionais da democracia política. E eu acho que nós temos que inverter uma pergunta que habitualmente se faz no Brasil, tanto entre os políticos, economistas, sociólogos.

Habitualmente se pergunta: "Quais devem ser as condições econômicas para a democracia política?" Esse é um erro! É um desvio na História brasileira, ou seja, primeiro fazemos a democracia econômica, a igualdade, a partir daí a democracia política. Esse é o economicismo essencial que tanto prejudicou, infeccionou o processo brasileiro, nas últimas décadas.

Na verdade a pergunta tem que ser invertida: - "Quais são as condições políticas para a democracia econômica?" Sem democracia política não vai haver mais igualdade e, sequer mais desenvolvimento sustentado no nosso País a médio e longo prazo. Nós precisamos ter um sistema político que processe as mudanças que o Brasil viveu. O principal fator, na minha opinião, o principal custo do regime autoritário em nosso País foi precisamente o vazio institucional, que inclusive impediu que nós, na fase de abertura de liberdade, pudéssemos processar as mudanças econômico-sociais que inevitavelmente aconteceram no Brasil de 64 a 84.

Houve um crescimento fantástico da economia, mudanças muito acentuadas na estrutura social, o processo educacional, embora se degradando, ampliou-se consideravelmente o desenvolvimento do papel dos meios de comunicação, a informação dentro da sociedade, enfim, mudaram muitas coisas no Brasil. Mas do ponto de vista institucional e político nós herdamos um vazio do qual a Nova República indiscutivelmente foi vítima, eu não tenho a menor dúvida, e o seu principal fracasso não foi ter recebido essa herança, foi não ter sabido construir algo a partir evidentemente de uma herança adversa, ou quando não, vazia, que é o que o regime nos levou.

Pois bem, então essa questão político-institucional, na minha opinião ela passa a ser chave para o futuro e, a luta pelo Parlamentarismo é um episódio dentro desse processo, é uma etapa. Eu di-

tão clandestino que um membro não conhecia o outro em Portugal.

De alguma maneira era uma realidade. Não havia partidos em Portugal. Pois bem. Em dez anos Portugal sob o Parlamentarismo, claro que há diferença de estrutura social e tudo o mais mas, inegavelmente, sob o Parlamentarismo tem partido com identidade nacional, fortes, etc. Por quê? Porque é o sistema que engendra os partidos. Aqui não tem dilema do ovo e da galinha não. Pode escolher um dos dois e a coisa começa por aí.

Um outro aspecto que sempre é levantado é que se daria no Parlamentarismo poder ao Congresso Legislativo, no caso a Câmara Federal. Não acredito. Acho que o Congresso hoje tem um poder enorme. Inclusive com a nova Constituição pode mexer no orçamento, pode derrubar veto por maioria, antes era 2/3 e medida provisória que substitua o decreto lei, o Congresso pode postergar indefinidamente a sua aprovação, pode derrubá-lo, etc. enquanto que o decreto lei virá valer por decurso de prazo, realmente era um instrumento de opressão sobre o Legislativo. Então não acho que o Congresso ganhe mais peso. Hoje no Brasil inclusive tem um peso enorme, o que não tem é responsabilidade. Inclusive no Presidencialismo, na minha opinião, se fortalece um comportamento que é natural dentro das Casas de Deputados do mundo inteiro. É o comportamento "Papai Noel". Só volta porque é gostoso. Porque não tem responsabilidade com o Executivo. O Executivo que se dane. Ele que assuma o ônus que nem sempre é gostoso. Porque governar não é só fazer o gostoso. Governar é escolher prioridades, é definir o que pode ser feito e escolher bem estas prioridades, é definir o que pode ser feito e escolher bem estas prioridades. Evidentemente que de trinta coisas em geral não se pode fazer mais do que quatro ou cinco nunca. A tendência do Legislativo é fazer todas. Mesmo quando isto vira uma ficção. Isto no Presidencialismo é a regra como comportamento parlamentar.

Portanto, o Parlamentarismo é o sistema com que se dá mais responsabilidade ao Legislativo, não mais poder. Isto é fundamental. E aí há algo que o Senador José Richa dizia. Na verdade, no Parlamentarismo temos chance de ter governo forte. O Brasil precisa ter governo forte. Os nossos governos têm sido muito fracos. Agora, não é forte para reprimir. Não. Forte para definir e implantar políticas coerentes. Isto é que não tem em nosso País. É uma sucessão de fraquezas uma atrás das outras. Paradoxalmente fraquezas exercidas por monarcas absolutos, porque se elege um monarca a cada cinco anos. É uma combinação realmente paradoxal, a força, um man-

dato de monarca que pode fazer o que bem entende, muito diferente do que disse em campanha, não precisa responder a partido, etc., e que no entanto, passa a ser fraco porque não tem condições de implantar políticas coerentes.

Então, realmente, sem apresentar isso como panacéia, o parlamentarismo é no mínimo, uma condição para a gente poder reorganizar o nosso País, não é para parar a inflação amanhã nem para aumentar o salários no mês que vem. Mas nós temos que nos acostumar a pensar em nosso País a médio e longos prazos, porque é exatamente esta incapacidade que tem sido um ponto crítico nesse ciclo vicioso da estagnação da superinflação, do desemprego que nós temos enfrentado.

O segundo aspecto dessa reforma é a questão do voto do sistema eleitoral, nós temos no Brasil um sistema eleitoral proporcional que a Constituinte cravou, inclusive, no texto, nós lutamos naquela ocasião para que ela não amarrasse no texto o sistema eleitoral, não era ela pôr o sistema distrital, pelo menos deixasse em aberto, mas nem isto se conseguiu. Se cravou um sistema proporcional completamente absurdo, no caso inclusive de São Paulo o exemplo até fica mais claro, mas vale para o Paraná, um Deputado lá, um candidato a Deputado disputa votos junto a quase vinte milhões de eleitores, quinhentos e setenta municípios e numa cidade de dez milhões de eleitores que é a cidade de São Paulo, e mais quinhentos e setenta municípios no Estado inteiro, isso é um absurdo. Tem dois, três mil candidatos, toda vez que vou fazer uma palestra pergunto para o público, ninguém lembra para quem votou, eu mesmo esqueci, eu não me lembro para quem votei para Deputado Estadual em 1986, em Federal devo ter votado em mim como um comportamento racional, mas para Deputado Estadual não lembro. Por quê? Porque é tanta gente acaba se perdendo a noção, não se cobra os Deputados, há Deputados que fazem rotatividade de cultivo eleitoral, se elegem por algumas cidades, na eleição seguinte vão para outra, na terceira eleição vão para outros, porque são desconhecidos, a campanha é muito mais cara, é evidente que é muito mais cara, por definição.

Então é um sistema absolutamente irracional, o inimigo é o companheiro de partido, do jeito que são as coisas aqui, porque tem a chapa, elege quem for mais votado dentro da chapa, portanto, o adversário passa a ser um companheiro de partido, quando deveria ser um aliado. Enfim, um sistema muito irracional, e que tem, inclusive, uma consequência, aqui no Paraná já começa a acontecer, e que nos estados com metrópoles maiores é dramática,

ria que nós precisamos na verdade é de um amplo processo de reforma política em nosso País, e essa reforma se desdobra em vários aspectos, começando pelo sistema de Governo, pelo Parlamentarismo sem dúvida, e a respeito do que o Senador José Richa colocou aqui o que é o essencial. Eu queria apenas rebater objeções que habitualmente são feitas ao sistema Parlamentarista. Uma delas é até difícil de comentar de tão racionária que é, e realmente um tipo de objeção que é até surpreendente em matéria de reacionarismo, porque é o seguinte: "E dizer, não, o Parlamentarismo no Brasil não vai funcionar porque nós não temos tradição Parlamentarista, ou seja, não se pode nunca mudar algo, experimentar o novo".

É um argumento absurdo quando reduzido a sua dimensão? porque se eu não posso fazer nada que eu nunca fiz antes, eu nunca realmente comando um processo de mudança, aliás, o crescimento demográfico iria a zero, porque nenhum casal iria experimentar ter filho, não é certo? Nenhum casal de namorados iria experimentar ter relações, enfim, porque nunca teve antes, e o crescimento demográfico seria zero, é uma concepção muito mais do que conservadora: reacionária.

Um outro aspecto nesse plano é o argumento da instabilidade: "Não, o Parlamentarismo vem e aí começa trocar gabinete, trocar Governos, etc." É uma objeção, eu acho razoável, existe isso. Só que eu acho que nós temos que confrontar essa realidade com a do presidencialismo. O Brasil teve tantos Presidentes da República no pós-guerra quanto a Itália Primeiros-Ministros, não é incrível isso? um sistema Parlamentarista habitualmente considerado instável, porque na Itália vivem mudando os Governos raramente um Governo dura mais do que dois anos, pois bem, a Itália teve tantos Primeiros-Ministros quanto o Brasil Presidentes da República na fase do pós-guerra, inclusive porque o pessoal esquece que as vezes muda um gabinete mas nove décimos dos Ministros permanecem, permanece o Primeiro-Ministro, permanecem grande parte dos Ministros.

Por outro lado, então eu tenho que confrontar com o presidencialismo, eu não posso fazer uma análise em abstrato. E segundo, eu até acho que uma vez implantado o Parlamentarismo, numa primeira fase inicial, nós vamos ter essa instabilidade. Mas isso é um processo de aprendizado. Ou nós aprendemos, no Brasil, a tomar as coisas com calma, a ser persistentes nas mudanças e a eliminar a afobação; ou nós vamos continuar derrapando com relação ao futuro. O Brasil teve uns dois programas de estabilização de preços desde 69 até hoje, todos fracassaram, nenhum era per-

feito tecnicamente, mas se experimentou tudo, ortodoxo, heterodoxo, ortoterodoxo, para todos os gostos, todos fracassaram qual foi o denominador comum a todos? A afobação, a impaciência, a pressa. Nós temos que perder isso até porque temos pressa de reconstruir o País, e a primeira condição para fazer isso é não ter pressa nas mudanças e reformas que são essenciais para isso.

Então, eu acho até que o primeiro momento pode ter uma certa instabilidade. São tenho certeza, convicção, que não é uma instabilidade maior do que a que vivemos, nem mais perigosa do que a que vivemos; porque no Presidencialismo crise de governo vira crise do regime democrático, enquanto que no parlamentarismo crise de governo é uma crise de conjuntura.

São diferenças qualitativas muito importantes.

Um outro aspecto desta questão evidentemente é que esta instabilidade poderá dar lugar à convocação de eleições e aqui sou Deputado, somos vários aqui, todos sabem que os Deputados tem horror à idéia de antecipar o fim do mandato para disputar a eleição; porque pelo menos na Câmara Federal 60, 50% não são reconduzidos. A idéia que a Câmara possa ser dissolvida por que não consegue formar um governo estável, é uma idéia muito persuasiva para forçar a estabilidade, porque o custo da instabilidade é muito alto para aquele que colabora com ela. Isto é importantíssimo porque no Presidencialismo o Congresso não tem custo nenhum de desestabilizar o Poder Executivo. E o Parlamentarismo tem um custo enorme. Este é um elemento muito importante no jogo político.

Aí entra o terceiro aspecto. No Parlamentarismo a relação entre Executivo e Legislativo é uma relação que tende à cooperação, enquanto que no Presidencialismo ela tende ao antagonismo e para ser superada inclusive, favorece ao extremo as práticas de natureza fisiológica do tro-troca do clientelismo e do voto que é necessário.

Um quarto aspecto é a questão partidária. Acho que a pergunta para ter Parlamentarismo precisa ter partido forte, ou partido forte é só com Parlamentarismo. Ela reflete um dilema falso, não há o dilema do ovo e da galinha não. Quando tem Parlamentarismo, os partidos são fortalecidos. Quando mais não seja porque é o partido que vai para o Governo. O partido tem que ter um programa. É o partido que negocia.

Portugal viveu quarenta e cinco anos sob a ditadura Salazarista. Lembro-me uma vez, num congresso de estudantes, conheci um membro do Partido Comunista Português. E a gente brincava com ele dizendo que era

que é a sub-representação nos grandes centros urbanos, por exemplo, no caso da grande São Paulo tem metade dos eleitores no Estado, tem dez milhões de eleitores na grande São Paulo, elege 20% dos parlamentares, por que? Porque o voto é pulverizado, o voto no interior é mais distrital, de fato, e nos centros urbanos é mais pulverizado, entre todos os candidatos, etc.. Então esta, inclusive, é uma iniquidade que se introduz dentro do sistema. Por isso nós temos defendido, inclusive temos uma emenda que está para ser votada na Câmara, um voto chamado Voto Distrital Misto.

Em primeiro lugar distrital, quer dizer, divide-se cada Estado em distritos, e nesses Distritos se elege um Deputado. Então nós vamos ter aí, no máximo, um número de candidatos igual ao número de partidos, mesmo com esta abundância, essa inflação de partidos que tem no Brasil, nunca vamos ter mais do que 15, 20 candidatos. Então a população escolhe, daí no futuro com mudanças na legislação partidária vai escolher entre cinco, seis e sete candidatos.

Então é uma coisa muito mais próxima do eleitor com o candidato.

Por quê misto? Porque nós dividiríamos, faríamos duas coisas, um voto distrital e junto o eleitor vota no candidato do distrito, e vota num partido que apresente uma lista de candidatos. Por quê isto? Porque num sistema misto e puro como acontece, por exemplo, na Inglaterra, o quê acontece? Suponhamos que tenha um partido bom, que tenha 20% do eleitorado, mas ele não tira o primeiro lugar em nenhum distrito, aí o que acontece? Ele não faria nenhum Deputado tendo 20% do eleitorado. Evidentemente é uma coisa muito injusta. Então qual é a maneira de consertar isso? É fazer que haja o voto também no partido. Então aquele que tiver 20% terá a representação.

Esta é a fórmula, não é original, é uma fórmula que existe na Alemanha, mas a gente tem procurado trabalhá-la para o caso brasileiro, e ver de que maneira poderia ser organizado esse sistema de maneira funcional no nosso País.

Então esta é uma segunda mudança fundamental e ela inclusive é importante no contexto do Parlamentarismo, como o Senador José Richa lembrava numa conversa que tivemos pouco antes desta reunião, no Parlamentarismo pode-se convocar eleições em 15 dias. Porque se há um período de instabilidade, o Presidente da República que tem funções de Chefe de Estado, pode dissolver o Parlamento. Eleição tem que se fazer em um mês. No sistema atual fazer eleição em um mês é uma loucura, no sistema distrital isso é muito mais fácil, vai lá para o eu distrito, chega lá, um uni-

verso finito de eleitores, não tem nem que ter televisão, dá para chegar, enfim é uma coisa muito mais prática.

Então desta forma seria inclusive necessário ir para o parlamentarismo, embora pudesse existir até o sistema presidencialista, mas o voto distrital misto no caso seria fundamental, inclusive, para o parlamentarismo.

Uma terceira reforma que é fundamental, é na legislação partidária e esta reforma envolve inclusive mudanças na Constituição. As vezes não se tem isso muito claro, porque ela tem haver com perda de mandato, etc. e isso só pode-se fazer através da Constituição.

Qual é a questão? Hoje no Brasil há uma verdadeira promiscuidade na questão partidária. A reação da Constituinte foi uma reação natural na época do sufoco partidário feito pelo regime autoritário, mas criou-se um sistema que realmente algumas pessoas formam partido provisório, tem horário de televisão, tem isso, tem aquilo, de repente tem um Deputado, este Deputado é líder da Câmara, tem direitos, vota como partido, quer dizer, de repente basta ter cinco, é uma proliferação incrível e os políticos vão mudando de partido, como quem sobe e desce de um ônibus em cada esquina.

É interessante a gente ver as coisas as vezes de estrangeiros, quando analisa o Brasil, porque as vezes nós perdemos a noção de como é o resto do mundo.

Eu vi vários trabalhos de estrangeiros que mostram o seguinte:

O sistema partidário brasileiro é o mais anarquizado do mundo, não há nada parecido, inclusive é difícil para os estrangeiros entenderem isso.

Por exemplo, é difícil entender que um Deputado muda de legenda no meio do mandato e não perde o mandato. Ainda se fosse para criar uma legenda nova, aí ele corre todos os riscos, quer dizer é uma coisa arriscadíssima. Então aí deve poder mudar, mas não muda para outro partido como quem, não tem problema nenhum. Na Legislatura passada na Câmara, cada Deputado tinha sido em média de 2,6 partidos, como uma boa parte só tinha sido de um pode-se imaginar de quantos partidos foram outros.

Eu conheço em São Paulo um Deputado que já foi de seis e está preparado para ir para o sétimo.

O eleitor inclusive nem tem idéia mais de partido, ele nem fala mais do assunto, então é uma coisa que anarquiza o sistema partidário.

Eu não conheço País no mundo democrático civilizado que não tenha partido forte, no mínimo sistema partidário estruturado. Então nós temos que introduzir esses elementos, da fidelidade partidária desse

aspecto. Não é fidelidade em cada votação no legislativo, é fidelidade quanto a filiação partidária e a correspondência disso com o mandato. É a questão do mínimo de votos para o partido existir nacionalmente, eu acho inclusive que devem existir partidos regionais, nas propostas que estão na Câmara hoje, isso não é contemplado.

Nas questões referentes ao registro de partido, partido provisório ou não, enfim há muita coisa para ser feita nessa área.

Então essa é uma terceira reforma fundamental.

Uma quarta reforma tem a ver com a questão da representação na Câmara Federal. No Brasil criou-se o Senado como cópia do modelo norte americano ou seja a federação aqui foi inventada, ela não está na origem da formação do Brasil como esteve nos Estados Unidos, que realmente eram estados independentes e então se criou o Senado para dar mais sentido aquela federação construída e nesse sentido o Senado deveria representar a federação ou seja o Estado Forte e o Estado Fraco tem o mesmo número de senadores. O Estado Populoso e o Estado Pequeno o mesmo número para defender o fraco do forte, como nos Estados Unidos "Gold Island" tem um número de senadores semelhante ao que tem Nova York ou que tem a Califórnia.

Quanto a isso tudo bem, além do mais o Senado além de representar a Federação ter um papel que eu acho útil, do pires para esfriar o café, ou seja, de revisar, olhar com mais calma, experiência que eu tenho particular na Câmara de olhar é que o Senado, em geral, sempre melhora os projetos. Quando o Governo manda um projeto para o Congresso ele entra na Câmara e não entra no Senado. A Câmara vota, muda, etc, vai para o Senado. O Senado mexe, volta para a Câmara e a Câmara se for mesmo o que o Senado manteve já manda automaticamente. Se for modificado a Câmara julga o que é melhor ou se pode combinar e aí manda para o Executivo o projeto. Ele não volta para o Senado. Quer dizer, o Senado, na verdade, teve um papel somente de revisor. Mas a minha experiência é que em geral o Senado ajuda, porque examina o projeto com mais calma, há outras vozes. A elaboração de leis é uma coisa muito complicada e é bom até para economista, engenheiros, como é o meu caso, ser Deputado, porque aí aprende a dar valor para a questão jurídica, das leis, a forma como escreve, as interpretações. Isto a tecnocracia em geral tende a menosprezar de maneira muito equivocada no nosso País.

Então, de certa maneira o Senado tem este papel positivo. Agora, mas este é o Senado. No Brasil acho que foi um pouco além porque tem iniciativa de projetos,

etc, que no Parlamentarismo não vai poder ter. Mas, de fato o Senado representa a Federação. Agora, a Câmara representa o povo. A Câmara é o povo. Mas no Brasil não tem representado o povo. No Brasil tem três tipos de cidadão. Tem uns que nascem em Roraima, no Amapá, que elegem um Deputado com 10 mil votos. Na legenda, ou seja, um Partido para eleger o seu Deputado tem que ter 10 mil votos. Em São Paulo, que é um caso extremo, precisa hoje 320 mil votos.

Então, tem um cidadão que vale 32 vezes mais do que o outro. Não pode ser! Ou não pode ser que de repente alguém muda de Estado e passa a valer 30 vezes mais. Não pode ter cidadão de primeira classe, de segunda classe e de classe média, digamos que têm Estados que é um por um, está tudo direitinho e tal, mas têm alguns que têm uma sobre-representação incrível e outros sub-representados.

Um dos maiores coeficientes de desproporção no mundo nesta matéria se verifica na Finlândia. Sabem de quanto é? É de um e meio. No Brasil é de trinta. A Finlândia é um País que tem desigualdade nessa representação. O Estado mais representado e menos sub-representado, a distância é de um e meio. No Brasil é de trinta. Este é um fator que corroe as bases da democracia pelo lado dos princípios, porque se rompe o princípio de uma pessoa um voto. Os federalistas norte americanos, "one man, one vote", e por outro lado se cria também discórdia de natureza regional que num país do nosso tamanho assume um caráter muito grave. Em função desta distorção, quando junta Câmara e Senado, o norte, o nordeste e o centro oeste tem 54% dos Parlamentares e tem 40% da população. Evidentemente tem algo errado nisto. Não envolve nenhum preconceito, não envolve nada, é um problema de princípios, um problema de unidade nacional. Esta, portanto, é a quarta reforma fundamental no nosso País.

Há uma quinta questão que eu vou colocar aqui por uma questão de lealdade pessoal, porque não é um ponto, eu diria pacífico, não é uma questão discutida no meu Partido, não é algo assim óbvio a primeira vista, mas que eu tenho colocado à discussão, que é a questão da obrigatoriedade do voto. Eu defendo a não obrigatoriedade do voto. Eu defendo a ampliação do direito de voto. Por exemplo, meu pai era estrangeiro, italiano, morou no Brasil 43 anos e nunca pode votar porque não se naturalizou. Isto é um absurdo. Esta idéia de que estrangeiro não pode votar é uma idéia do passado, quando se falava do perigo amarelo, espaço vital, é outro mundo. Qualquer estrangeiro com residência de cinco anos deve poder votar. Não vai haver, quando ainda eu era criança, nos li-

Vrôs falava invasão dos chineses na Amazônia, porque não tinha espaço, isto é bobagem no mundo atual.

Então, o direito de voto deve ser ampliado. O voto deve ser estimulado, mas não deve ser obrigatório, não deve ser obrigatório. Deve ser voluntário. E é um desafio conquistar o voto, conquistar o eleitor, que inclusive no sistema distrital facilita muito. Nos Estados Unidos há grande não comparecimento, lá não é obrigatório é na eleição presidencial. Na eleição distrital o comparecimento é altíssimo porque a pessoa se sente mais próxima. Isto, portanto, no Parlamentarismo é uma dimensão fundamental.

A sexta reforma que me parece essencial é a questão do legislativo. Quer dizer, nós temos que olhar também o legislativo por dentro.

Em primeiro lugar, havendo Parlamentarismo tem a questão do papel do senado. O Senado, hoje, tem o poder de iniciativa, tem poder de mudar a Constituição, de vetar mudanças na Constituição, etc. No Parlamentarismo isso não vai ser possível. Por quê? Porque o gabinete de Ministros é formado pela Câmara. Ela gera o programa. Então, em tese, eu posso ter maioria na Câmara, formar um governo estável e o Senado barrá-lo. Não dá para fazer isso! A menos que, como na Itália, dissolva também o Senado nas eleições e não haja uma representação igual por Estado. O que não é o caso porque na Itália o Senado não tem esse papel federativo. Eu acho que esse papel federativo deve ser mantido, o Senado tendo importância, tendo decisões a respeito de questões tipicamente federativas que, naturalmente, teriam que ser posteriormente qualificadas.

Então, esta é uma mudança que terá que acontecer e me parece que de uma forma imperativa entre nós no futuro, e no esquema, inclusive, da implantação do Sistema Parlamentarista.

Um outro aspecto, é um aspecto que às vezes não é muito colocado que é o Judiciário. Essa é uma outra questão muito importante entre nós e que vira tabu para ser tratada.

Quer dizer, temos que levar a questão do Judiciário considerando um problema também. Não é apenas um problema de natureza material, de equipamento, etc e que existe.

Vou dar um exemplo de matéria tributária, de gasto público. Nós criamos um sistema, hoje, que determinadas instâncias do Poder Judiciário se manifestam sobre constitucionalidades, e mesmo que o Supremo se manifeste, podem haver outras decisões, liminares etc, em outras instâncias. E isto aconteceu, e eu me lembro, com os 147%, acontece com as questões tributá-

rias.

Nós precisamos, por exemplo, criar no Brasil o mecanismo da declaratória que o Supremo, uma vez decidindo tal coisa, vincule todas as instâncias do Poder Judiciário, que o Supremo tenha que responder e só possa fazer isso mediante demanda do Executivo ou do Legislativo - e estas questões parecem ser abstratas, mas têm uma importância enorme no nosso País. Tem que, na minha opinião, acabar com o papel normativo da Justiça do Trabalho, que é uma herança do corporativismo fascista dos anos 30. Por exemplo, o Sindicato pede 50, o empresário oferece 10 e vem o Juiz e diz: "não, é 38". O porquê, ninguém sabe. Isto, inclusive, desestimula a negociação. Essa figura mesmo de um Juiz classista, ilustra de maneira gráfica, real a existência dessa concepção corporativa da Justiça do Trabalho.

Temos também a questão da descentralização que, até hoje, no fundo uma ação de um inclinado pode ir em última análise, para Brasília, o que é um absurdo.

E em último ponto, que é o 8º, é a questão Federativa e da descentralização.

A Constituição de 88 descentralizou receitas, mas ficou no meio do caminho nas questões dos encargos e das funções. E nós temos que levar ao limite extremo a questão descentralização no Brasil. Os Estados, na minha opinião, e esta é uma opinião pessoal, têm que ter autonomia até para o seu sistema eleitoral. Nós temos que realmente caminhar no sentido de uma Federação - o Brasil não é! Até como condição para que a Federação brasileira se mantenha. O que não dá é ficar no meio do caminho, inclusive criando uma situação falsa que daqui há pouco vamos ter que criar o Fundo de Participação da União para manter o Governo Federal. Porque no limite se cria um tipo de relação de exação, de extração através de uma entidade que não funciona - infelizmente no reino da Dinamarca que funcione entre nós. E se habituou no Brasil a considerar Governo o Governo Federal. Nos Estados e Municípios isso é outra entidade, o que não é real. Então, não sou a favor de descentralizar. Sou a favor de desconcentrar até o extremo. Nós temos que levar autonomia de Estados, principalmente de Estados, e os Municípios dentro do Estado, mas, principalmente os Estados, ao limite do que o Sistema Federativo pode comportar. Não podemos ter Estado emitindo dinheiro como hoje através de bancos Estaduais, interferindo em política de comércio exterior e moeda são políticas nacionais. E a União tem os seus impostos, a partir daí tudo mais descentralizado. Isto também é uma mudança política importante e todas elas, essas oito, estão envolvidas num processo de revisão

constitucional que nos vamos ter o ano que vem. Quero dizer, a propósito desse processo, o seguinte: na época da Constituinte, nós votamos, ao mesmo tempo, o plebiscito e a revisão constitucional. O plebiscito, eu quero aqui dizer em tom de crônica, só foi possível pôr na Constituição porque existia uma proposta do plebiscito a respeito de monarquia e república e, naquele momento, não dava para fazer emendas depois que o parlamentarismo perdeu, porque tinha ganho antes na Constituição - foi perdendo já no primeiro turno das votações finais por interferências quase que direta do Presidente da República na época, etc.

Então, o Parlamentarismo perdeu e aí se quis intraduzir o plebiscito, mas regimentalmente não dava tempo fazer emendas, só se acoplassem a uma emenda já existente. Então, nós negociamos, na ocasião, com o Deputado Cunha Bueno, que tinha a emenda República/Monarquia, e ele aceitou introduzir Parlamentarismo/Presidencialismo. Por uma questão de lealdade, depois, nós não derrubamos República e Monarquia porque aí seria o máximo, quer dizer, existia a emenda dele, nós entramos na emenda dele e depois derrubamos!

Não tem sentido. Por isso é que vai haver o plebiscito e também o plebiscito Monarquia/República, e vai ter que ser debatido, que assim seja, mas que, francamente, me parece inteiramente fora de contexto. Os sistemas parlamentaristas funcionam bem em países monarquistas, mas aí tem raízes histórico-culturais, aconteceram assim. Nós não podemos fazer uma coisa que seria inteiramente artificial, sem tradição em nosso país. Seria, efetivamente, uma aventura. Por outro lado, na mesma época, se introduziu a questão da revisão constitucional, combinou-se, pôs-se na Constituição que cinco anos após a promulgação da Constituição de 88 haveria uma revisão. Esta revisão é feita pela metade dos votos e a Câmara e o Senado se juntam, não votam separadamente, e o voto do Senador e o Deputado vale igualmente. Então, é muito mais fácil fazer mudanças na Constituição. Eu acho mesmo que nenhuma mudança é complicada, pela via normal dá para fazer e assim também deve ser. Não se faz Constituição para mudar com muita facilidade.

Mas o fato é que se estabeleceu, pela insegurança dos constituintes, que se abriria uma fase depois de cinco anos para haver este processo revisional e, ao meu ver, é nesse processo que se coloca a oportunidade para impulsionar grande parte dessas reformas. Nós, inclusive, fizemos uma reforma não apenas antecipando o plebiscito - que foi a proposta do José Richa no Senado e minha na Câmara - mas também a

revisão constitucional, por quê? Eu queria chamar a atenção para isso. Porque sendo depois do dia cinco de outubro, ela invadirá, fatalmente, 94.

1994 é um ano eleitoral. Então, nós vamos estar em 94 discutindo regras do jogo no meio do campeonato, o que, evidentemente, dá errado porque as regras do jogo serão fixadas, inclusive, segundo as chances dos diferentes jogadores do campeonato, e também vão ser exacerbadas as pressões populistas porque é um ano de eleição. Então, a probabilidade de propostas incríveis passarem é muito grande. Eu sempre digo, quando há presença feminina, que há chance, por exemplo, numa revisão em 94, de que mulheres já nasçam com uma pensão vitalícia, elas já nasçam aposentadas, porque não vai faltar quem proponha isso na busca do voto disso ou daquilo. Complicação. Não é um ano para se fazer revisão constitucional. Nós ainda não conseguimos fazer a antecipação, mas eu espero que isso seja possível. Conseguiu-se, por enquanto, antecipar o plebiscito de setembro para abril.

E quero, por último, sublinhar o seguinte: quando se coloca tudo isso, não temos a idéia de que esta agenda tenha que ser cumprida toda simultaneamente? Este é um equívoco e é um defeito no processo político brasileiro que é sobrecarregar a agenda.

Coloca-se tanta coisa que, no final, mesmo que se faça algo importante, parece que há uma frustração porque boa parte dessas coisas não foram feitas.

Não, eu acho que nós temos que entender isso como parte de um processo e caminhar. O importante não é resolver tudo de uma vez! O importante é começar a resolver, mesmo porque quando se começa a resolver, pode-se criar o chamado círculo vicioso em que um fator puxa o outro. Eu estou convencido de que na reforma política isso vai acontecer e a ponta do barbanete que vai puxar todo o processo, sem dúvida, vai ser a vitória do Parlamentarismo.

Muita gente que se diz parlamentarista, mas vai votar contra o parlamentarismo, porque não há condições feitas. Não há o voto distrital misto, não há legislação partidária, isto e aquilo, etc.

Eu acho que muitos dizem isso sinceramente. Outros, é porque faltam argumentos para defender o presidencialismo. Então, é melhor dizer: "não, o parlamentarismo é melhor, mas precisa das outras reformas".

Eu acho que são posturas que não se justificam, porque este processo tem que ser conduzido simultaneamente. É um processo. Não é um jogo de estática comparativa, onde se parte de um ponto e se chega, magicamente, como uma imagem, de um

lugar ao outro. Não. É um caminho que tem que ser percorrido e que envolve debates, envolve discussões, envolve julgamentos.

Eram as questões que eu queria aqui apresentar, como objeto da reflexão que em grande medida envolve o meu Partido, o PSDB. Algumas outras posturas são individuais. Mas, que eu fiz questão de colocar, para efeito de motivos a discussão.

Eu quero dizer que quando eu fui para Brasília, na 1.^a eleição, que foi na campanha de 86, eu já era parlamentarista. E já achava que muitas das coisas, no âmbito político já eram importantes, e etc. Mas, a minha experiência desde então, só fez confirmar tudo isto. Tanto que eu dedico, hoje, muito mais da metade do meu trabalho parlamentar não a aspectos econômicos, fiscais, monetários e etc, mas sobretudo ao aspecto político, porque é pela questão política que o Brasil está enfrentando a crise mais grave que já teve, na sua história contemporânea.

O Brasil, nos anos 80, decresceu a sua renda por habitante. De 1970 até 1980, o Brasil foi o País do mundo que mais cresceu. No que se refere ao volume da produção. No que se refere à produção, à renda por habitante. Só perdeu para o Japão. Nós ganhamos da Alemanha, dos Estados Unidos, todos os países. Estamos escorregando desde o começo dos anos 80, num processo de fuga para diante. Nunca se quer encarar os problemas como eles são e enfrentá-los de maneira persistente. É sempre jogando no dia de amanhã e nunca prestando atenção no mês seguinte, no ano seguinte.

Portanto, nestas soluções curto prazistas, criando ilusões que serão rapidamente frustradas, porque nós não temos um sistema político-institucional capaz de processar as mudanças dinâmicas que aconteceram e que têm que acontecer, em nosso País.

Por isso, se nós quisermos salvar o futuro, teremos que salvar, aliás, temos que fazer as reformas, hoje, exatamente para evitar que o futuro, que é o futuro dos nossos filhos e das outras gerações, não seja vítima do nosso presente de incompetência.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado José Serra, embora tenha que embarcar para Brasília, ainda hoje, ouvirá e responderá a perguntas dos nossos convidados, desde que breves, para que ele possa responder a todas.

UM SENHOR DEPUTADO - Deputado, eu queria um esclarecimento sobre o voto distrital. Caso seja aprovado, no Estado do Paraná, que tem 370 municípios e 54 Deputa-

dos, como é que seriam divididos os distritos? E se for por município, se um município pode eleger mais que um Deputado?

O SR. JOSE SERRA - Em primeiro lugar, a Emenda, tal como vai ser votada, ela não estabelece a proporção entre a lista e o número de distritais. Vai ficar aberto para a lei. E é apropriado que seja assim.

Porque no Brasil, gosta-se de pôr tudo na Constituição e depois fica-se louco para mexer na Constituição. E é muito difícil alterar a Constituição. Então, isto deverá ficar para a lei. Agora, se você, por exemplo, quiser 2/3 e 1/3, o Paraná tem 54 Deputados Estaduais. Eu acho que até o problema dos Estaduais é flexível. Mas, digamos no caso dos Federais, que você tem trinta. Então, neste caso, se for 2/3 e 1/3, você tem 20 e o Paraná deverá ser dividido em 20 distritos.

E evidente que haverá problemas. Toda medida nova resolve um problema e cria outro. Isto faz parte. Senão, não teria graça. Quer dizer, as coisas sempre vão se colocando. Aí vai-se colocar um desafio que uma boa reflexão e a experiência vão permitir com que a gente chegue a um tipo de equacionamento eu estou convencido, inclusive nas questões regionais, muitas vezes não. Junta um município grande e um pequeno se elege sempre do grande, em tese. Porque vão haver vários candidatos, provavelmente no grande haverão mais candidatos disputando, porque são vários partidos, no outro haverá um só.

Aí é um processo que terá que ser devidamente equacionado. Agora, evidentemente, esse é um desafio também que se colocará em seguida à instauração constitucional do sistema.

O SR. JOÃO MARIA - Qual será a função do Senado no Parlamentarismo?

O SR. JOSE SERRA - Eu já falei disso.

A função do Senado no Parlamentarismo, na minha opinião, é: primeiro, de órgão da federação. Então as coisas que representam o país - política externa, por exemplo, o Senado tem um peso importante.

Segundo, como câmara revisora, que eu manteria. Não como iniciativa, mas revisora com prazos, como existe por exemplo, na Alemanha, hoje, com prazos para o exame de certos tipos de projetos. Por exemplo, matéria econômico-financeira, você dá, sei lá, dois meses. Ou pode em certos casos dar uma urgência maior, segundo aquilo que seja. Porque também se for revisar e não tiver prazo, equivale um poder de veto - na prática. Mas basicamente essas funções.

Eu não acabaria com o Senado e não al-

O SR. PLAUTO MIRO - O Banco Central continuaria vinculado ao Governo com o Parlamentarismo? Como funcionaria?

O SR. JOSE SERRA - O Banco Central é um órgão do Poder Executivo. Eu, aliás, sou contra que o Banco Central deixe de ser um órgão do Poder Executivo e, de repente, criar um Banco Central como um quarto poder na República. É uma coisa meio louca. Para muita gente parece que é a grande saída mas é um suicídio para o país fazer isto.

Agora, num sistema parlamentarista, eu tenho até um projeto sobre o Banco Central, a Diretoria e o Presidente têm mandato, etc, e passaria a ter, igualmente, sem mandato, exercendo, você pode ter mudanças de Ministério mas existindo mandato eles continuam. Não vai ficar nem acima do bem e do mal, nem abaixo do mal. Vai ficar como o papel que lhe corresponde. Eu não vejo nada de extraordinário nesse aspecto, pelo menos na minha concepção.

O DEPUTADO PLAUTO MIRO - Uma outra pergunta que me preocupa: a possibilidade da aprovação, a partir da hora de aprovado pelo plebiscito, como é que vai funcionar a representatividade dentro do Congresso Nacional. A aceitação dos Deputados, dos representantes nordestinos e nortinos, como ficaria essa situação, sendo que hoje eles têm a maioria dentro do Congresso e qual seria o posicionamento deles dentro do Congresso Nacional?

O SR. JOSE SERRA - As distorções na representação hoje não são do Nordeste, a maioria dos Estados do Nordeste, os cidadãos, são cidadãos da média. Está claro! Na verdade as distorções estão mais relacionadas com o Norte, da subrepresentação, esta é uma questão delicada e difícil de alterar.

Eu acredito que hoje, no Congresso, esteja se gestando uma maioria favorável e pelo menos à atenuação desses desequilíbrios. Eu estou convencido disso. Em segundo lugar, é que as distorções da representação estadual na Câmara se manifestam também no Presidencialismo, não necessariamente serão mais sérias ao contrário do que se pensa, não necessariamente terão efeitos piores no parlamentarismo. Elas pensam nos dois tipos de sistema. É um problema que deve ser enfrentado em qualquer situação. Agora, reconheço, evidentemente, que é uma alteração difícil. E das oito mudanças que eu assinaei esta é a mais complicada de todas.

O SR. SELMO ADALBERTO DE CARVALHO - Esse

parlamentarismo seria implantado a nível federal ou também a nível estadual e municipal?

O SR. JOSE SERRA - Essa é uma questão que vai configurar no projeto para discussão que se vai colocar para o país. A idéia é que ele seja facultativo nos Estados e não nos municípios que são mais unidades de natureza administrativa do que propriamente política.

Eu particularmente defendo que se faça nos Estados. Por exemplo, você imagina num sistema que tem um primeiro Ministro, um gabinete etc. e você tiver um regime presidencialista, nos Estados, por exemplo, o Governador de São Paulo vai ser mais poderoso que o primeiro Ministro. Seria...

A SRA. VEREADORA NELI ALMEIDA - Eu não entendi muito bem: como seriam estabelecidos os distritos?

O SR. JOSE SERRA - No caso da cidade, a senhora é vereadora em Curitiba, com 33 vereadores, supondo que o número fosse este, vamos supor, 20 vereadores distritais e 13 pela lista, seria dividido em 20 distritos. Cada distrito elege o seu e tem o voto da lista.

No caso de São Paulo, que é a cidade que eu conheço melhor, até por fazer campanha, tudo, é dramático. A Sra. tem bairros, Vila Prudente, tem 200.000 eleitores, não tem ninguém falando por esta área, porque não elegeu, tinha vários candidatos, etc. Realmente a subrepresentação de algumas áreas é dramática.

Nesse sistema nenhuma área fica sem representação! Mas é impossível haver uma transição inteiramente indolor, impossível! Agora é possível minimizar, e o voto de lista ajuda nesse sentido. Eu quero lembrar, inclusive, que o primeiro Ministro da Alemanha ele nunca foi eleito diretamente, ele é eleito por lista. E eu acho isso absolutamente legítimo, entra na lista partidária, o eleitor acostuma com a eleição na lista também, junto com o eleitor distrital. Agora, no partido, todos são aliados, o candidato de um distrito quer que o companheiro dele ganhe no outro distrito, e o candidato da lista quer que o do distrito tenha voto. É um sistema, dentro do partido cooperativo e não dissociativo como é o sistema atual.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Deputado José Serra, no caso da implantação do parlamentarismo nos Estados, como é que ficaria a figura do Governador, ele é transformado em Secretário de Estado?

O SR. JOSE SERRA - E, eu acho que teria a Assembléia Legislativa e vai ter aí o

primeiro Ministro local, que pode até ter outro nome.

Eu acho o seguinte, eu tenho até uma posição que é uma posição pessoal, não é compartilhada na Frente Parlamentarista por todos, ou alguns compartilham, eu acho que isso não deve estar cravado na Constituição. Eu tenho para mim, inclusive, que Ministros ou Secretários estaduais só poderão ser Deputados. Porque isso é um fator para melhorar a qualidade do Legislativo. Como eu acho também que na Assembleia Legislativa à medida em que o eleito será o chefe do Partido majoritário, ou da coalisão majoritária, será o Governador.

Então você, inclusive fortalece a disputa. Hoje qual é o caminho natural? O político ele quer ser vereador, isso no geral, no atacado, alguns não, depois estadual, e aí federal, a grande maioria prefere esta trajetória, e, às vezes, isso não é o melhor, às vezes, a partir de uma Assembleia Legislativa pode ter até um cargo mais importante.

Então você fortalece o Poder Legislativo, nesse sentido. Para questão da boa burocratização, a que se referiu José Richa, isso é até fundamental, porque, efetivamente, no momento em que você tiver só Deputados ministros, você fortalece a burocracia, eu tenho certeza absoluta, você vai montando uma burocracia mais estável, como acontece na Itália.

Na Itália, meu pai é de uma região que chama-se Calábria, que é uma região pequena dentro da Itália, na burocracia italiana a Calábria tem três ou quatro Diretores-Gerais de Ministério. Esses diretores na verdade são os Ministros, eles são Secretários-Gerais, eles fizeram concurso e eles chegam meio automaticamente, é gente altamente preparada, então você pode trocar Ministro a vontade que o Governo não se desencaminha.

Isto realmente é fundamental, por isso que eu defendo a tese de que Ministro só Parlamentar, pode fazer uma ou duas exceções por gabinete.

Eu acho que isso precisaria estar na Constituição, mas essa não é uma opinião inteiramente compartilhada.

O SR. CEZAR SILVESTRI - E no caso, os Estados teriam autonomia nessa reforma eleitoral?

O SR. JOSE SERRA - Eu seria a favor disso - pela atual Constituição não - é uma tese que na revisão eu vou defender.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Vereador Marcelo Almeida faz a seguinte pergunta: cinco meses não seria pouco tempo para que o cidadão brasileiro decida qual é o melhor sistema Governamental?

O SR. JOSE SERRA - Olha, a questão é a seguinte: se mover o prazo do plebiscito para diante as coisas refluem e nos últimos cinco meses é que se vai prestar atenção. No Brasil há um costume de deixar as coisas sempre para última hora, então, se puser mais prazo, de novo vai faltar tempo. Veja o que acontece no Congresso Nacional, às vezes, os projetos ficam, ninguém tem pressa, chega no fim do ano o Congresso tem que convocar Sessão Extraordinária para resolver tudo na correria.

Eu acho que o prazo, mesmo que prorrogasse daria na mesma. Por outro lado, vai ter quarenta dias de horário gratuito e esse debate vai crescendo, nós estamos aqui hoje debatendo, se o plebiscito estivesse longe não teria interesse esse debate. De modo que eu estou convencido de que o tempo é o tempo que se teria em qualquer situação, sempre iria ser cinco meses, qualquer que fosse a época do plebiscito.

O SR. PLAUTO MIRO - Deputado, teria condições de adequar o País já para as próximas eleições adaptar esse voto distrital, ou seria postergado para 98?

O SR. JOSE SERRA - Eu acredito que tem. O PMDB defende que seja só em 98, eu acho que poderia ser perfeitamente em 94, mas aí tem critérios divergentes.

Mas eu acho com certeza na próxima eleição Municipal, não há motivo para não ser assim.

A SRA. NELI ALMEIDA - Deputado, todas essas reformas que o senhor falou ali na tribuna, o senhor acha possível fazê-las antes da implantação do Parlamentarismo?

O SR. JOSE SERRA - Uma boa parte sim, outras não. Mas eu acho, como eu disse, a possível vitória do Parlamentarismo no plebiscito tende a criar um círculo virtuoso. A minha experiência, inclusive pessoal de falar em reuniões com empresários, com sindicatos, com gente da periferia, é que essas questões motivam enormemente, eu não diria que os outros pontos motivam mas a grande maioria delas exerce uma motivação muito grande no pessoal, inclusive porque esta sensação que nós estamos com uma sobredose também de problemas econômicos que não se resolvem vão criando um cansaço, e a procura de soluções que realmente pareçam mais profundas como essas.

Eu estou convencido que é uma coisa que motiva a população.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Deputado, no caso do voto distrital e distrital-misto, quem indicaria o seu Deputado: seria o Diretorio Municipal - no caso do voto dis-

trital - ou o Diretório Regional do Partido? E no misto, seria indicado pela Regional ou também pelo Municipal?

O SR. JOSE SERRA - Eu acho - aí eu estou falando na base do bom senso, porque no projeto não tem isto, quer dizer, na emenda Constitucional - mas seria indicado no município, na eleição Municipal pelo Diretório Municipal; na eleição para Deputados Federais pelo Diretório Regional.

Muitos dizem: "Mas aí vai haver ditadura partidária". Nada é perfeito, eu só acho que os Partidos que forem atuar são na base da máquina e não prestarem atenção em quem tem voto, em quem não tem, desaparecem. Inclusive por causa do coeficiente eleitoral e de tudo.

De modo que não menosprezo a influência que o desejo de êxito tem no sentido de impedir grandes perversões neste sistema. Mas não vejo alternativa. No mundo inteiro é assim.

O SR. CEZAR SILVESTRE - Pelo que entendi, o candidato a Deputado Estadual seria indicado pelo Diretório do Distrito e não pelo Diretório Regional.

O SR. JOSE SERRA - Se for do Distrito é o Diretório do Distrito.

O SR. CEZAR SILVESTRI - No caso de querer participar do misto seria pelo regional ou misto?

O SR. JOSE SERRA - Exatamente. Convenção, não é. Quando digo diretório é convenção.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Deputado, V.Exa. acha possível que com o nosso nível cultural possa ser implantado o sistema inglês no Parlamentarismo brasileiro?

Em caso de resposta negativa ainda pergunto, qual o modelo que poderia ser copiado em relação a alguma unidade...

O SR. JOSE SERRA - E o sistema inglês no que se refere às eleições?

O SR. CEZAR SILVESTRI - O sistema de governo, o modelo inglês no sistema parlamentarista brasileiro. Com o nível cultural que possuímos existe esta possibilidade.

O SR. JOSE SERRA - Acho, com toda a honestidade, que o nível cultural não é obstáculo. Não vejo porque que nível cultural mais ou menos baixo possa implicar neste ou naquele sistema. Os Estados Unidos são presidencialistas e têm uma taxa de escolaridade altíssima, etc. Na América Latina, com média cultural muito baixa,

são sistemas presidencialistas. Não vejo obrigatoriamente que haja uma correlação entre uma coisa e outra. Não acho que precisa estudar para entender o parlamentarismo. É um problema de prática, de hábito. Da mesma maneira a questão partidária.

Agora, o parlamentarismo inglês no Brasil não dá. Na Inglaterra tem uma rainha, a Câmara é muito mais autônoma, mas também lá houve revoluções, houve sangue... são outras coisas. É um processo histórico diferente. Não dá para ser a mesma coisa. E o sistema eleitoral também não dá, porque na Inglaterra o sistema eleitoral é distrital puro e aí as minorias desaparecem, porque não conseguem eleger. E não é só minoria. O Partido Liberal, na Inglaterra, é forte, tem 20% do eleitorado e não elege 20% da Câmara por causa deste mecanismo. Isto no Brasil seria inviável.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Exa., completando: qual sistema seria o mais adequado para o País? O português?

O SR. JOSE SERRA - Acredito que sim. Na minha idéia o Presidente da República teria poucos poderes. Teria poderes, mas não interferiria. Realmente o líder da maioria tem que pôr o líder da maioria. Na França, por exemplo, isto não acontece. O poder discricionário do Presidente é maior. Mas acho que ele tem que ter poderes firmes, mas muito delimitados.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Eu agradeço. Deputado, o senhor acha que o distrital misto, a questão da democratização das eleições, o voto distrital misto diminuiria muito o custo desta eleição e qual a legislação para o estado que tem controle sobre os gastos hoje sobre a eleição municipal e estadual?

O SR. JOSE SERRA - Acho que o poder econômico vai continuar interferindo. Só acho que menos.

Na Inglaterra, não estou querendo dizer que vamos fazer a mesma coisa aqui, um Deputado, saíram até publicados os dados, o orçamento dele é 14, 15 mil dólares, por incrível que pareça. Porque ele tem um colégio eleitoral, visita todo o mundo. Há um livro, se alguém tiver interesse, de um Deputado inglês, chamado Jeffrey Arshell, "O Primeiro entre Iguais". O livro é sobre a vida de três Parlamentares ingleses, do começo até o final. O objeto não é este, mas para nós é muito interessante para ver como funciona o sistema político e eleitoral. E você vai ver que realmente o poder econômico tem uma influência muito limitada.

Agora, você devia ver que no Brasil

seria maior, pela pobreza e mesmo pelo sistema misto, tem campanhas globais e tudo o mais. Acho que seria menor a influência do poder econômico da que é hoje. Acho que a nossa legislação, por outro lado, é uma legislação fantasiosa, eu não sei se você é parlamentar ou não, mas numa campanha eleitoral o candidato a Deputado e a Vereador não pode ter despesa pessoal, está certo, você não pode comprar um folheto, se você comprar mil folhetos no seu nome, no meio da campanha você pode ser impugnado, é só o Partido que pode pagar, não pode haver contribuições de pessoas jurídicas, só de pessoas físicas, no fundo é falso isso, então seria melhor ter uma transparência.

Eu me lembro em 1988 eu fui convidado para assistir a convenção do Partido Democrata, naquela época era o Dukakis que era candidato, foi em Atlanta. E lá as pessoas que fazem finanças para os partidos são pessoas com status, não são clandestinos. São pessoas respeitadas, os cargos são disputados. Eu descobri lá que eu tinha sido convidado por políticos mas, através de um empresário que patrocinou a vinda de estrangeiros, é tudo legal. Você percebe? É uma coisa transparente, agora se você quiser aceitar você tem que dizer

aos seus eleitores porque é que esse jeito te ajudou, e quando você vai fazer o trabalho vão ver se você ajudou ele com tráfico de influência ou não.

Então é melhor fazer as coisas às claras do que levar dentro do sistema atual que é absolutamente irrealista, a própria justiça eleitoral sabe disso. E nem é dura nesse aspecto porque é completamente irreal. Você imagina se você vai de São Paulo para Ribeirão Preto fazer a tua campanha você paga do teu bolso, é um gasto de campanha, você pode perder a candidatura, se isso fosse levado ao pé da letra, ou faz um interurbano da sua casa para os eleitores, como fica!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado

José Serra, nós agradecemos a sua presença nesta Casa, bem como a do Senador José Richa, ambos palestristas, que elucideram e nos fizeram conhecer mais de perto o regime parlamentarista.

A sua presença aqui levou com que a Assembléia, a maioria, e os que estão aqui, os que não eram parlamentaristas se convertam ao parlamentarismo.

Muito obrigado! Esperamos a sua volta aqui para outra palestra.

(Palmas).